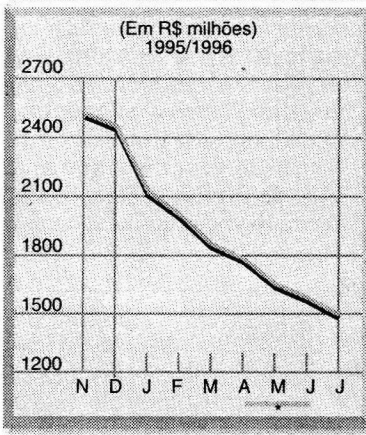


Endividamento dos estados cresce em ritmo menor

Dívida Pública
por Doca de Oliveira
de Brasília

Saldo devedor das operações de ARO



* Dados retificados

O endividamento de agosto dos estados e municípios ocorreu em um ritmo menor. O Banco Central (BC) constatou um crescimento de apenas 1,93% da dívida mobiliária. O saldo da dívida subiu de R\$ 41,263 bilhões em julho para R\$ 47,424 bilhões. Desse total, os estados representam R\$ 41,263 bilhões e os municípios, R\$ 6,161 milhões.

Para o chefe do departamento de Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira, a dívida dos estados e municípios vem crescendo vegetativamente. "Não tem havido novas operações e, sim, a renegociação das operações contratadas", disse Ferreira.

Em razão do calendário eleitoral, estados e municípios foram proibidos de contratar empréstimos até seis meses antes das eleições. "Novas operações só poderão ser contratadas em janeiro, pelos prefeitos eleitos", explicou. Além disso, submetidos ao contingenciamento do volume dessas operações, só poderão tomar novos empréstimos quando saldarem seus débitos pendentes.

Na avaliação do chefe do BC, até novembro próximo, quando se definem as eleições, os atuais governantes têm uma dívida a pagar estimada em R\$ 800 milhões. Para Ferreira, o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, que vem exigindo que estados e municípios enxuguem seus gastos, também

está impactando as contas públicas. Os números do BC sinalizam a retração no volume de empréstimos ao setor público. O fluxo de autorização para os contratos de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), aquelas operações de prazo mais curto, caiu 25% de janeiro a agosto de 1996, se comparado com o mesmo período de 1995. Nesses oito meses, os municípios demandaram R\$ 936,3 milhões, sobre R\$ 1,079 bilhão contratado no mesmo período de 1995. No caso dos estados, também houve retração: as operações totalizaram R\$ 1,006 bilhão, em comparação com R\$ 1,517 bilhão realizado de janeiro a agosto de 1995.

O mesmo não acontece com a dívida fundada. O fluxo de contrata-

ção dessas operações, que têm prazos mais longos para amortização, cresceu 260%, considerando-se os volumes praticados de janeiro a agosto de 1995, totalizando R\$ 3,980 bilhões. Os estados participam com 75% desse montante.

Em julho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou um voto que autoriza a Caixa Econômica Federal (CEF) a negociar com os estados a conversão de contratos de ARO em dívida fundada. "Segundo nos informaram, até agora apenas três estados entraram com pedido junto à CEF", comentou o chefe de departamento do BC. Essa operação não vale para os municípios e precisa ser avalizada pelo Ministério da Fazenda e pelo BC.

23 SET 1996